

Atendimento Dpesp

Defensoria pública e precedentes

Este livro trata da importância da criação, no âmbito da Defensoria Pública do Maranhão, de um Comitê de Precedentes Qualificados, em moldes semelhantes ao da Defensoria Pública de São Paulo. Apesar desse objetivo específico, a obra demonstra a necessidade de todas as Instituições do Sistema de Justiça estarem organizadas para a manutenção dos precedentes ou sua reconstrução. Tal postura se mostra indispensável para adequar todo o Sistema de Justiça à realidade dos precedentes, com bases fornecidas pela Constituição de 1988, regulamentada pelo Código de Processo Civil de 2015, em face do volume considerável e cada vez maior de demandas, em meio às limitações de pessoal e das, em regra, amplas competências do Poder Judiciário e atribuições das Funções Essenciais à Justiça, compensadas pelo uso das novas tecnologias. Logicamente, como aguerrida integrante da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, a autora exorta o papel das Defensorias Públicas, enquanto instituição incumbida da promoção dos direitos humanos e defesa dos necessitados, quer em âmbito individual ou coletivo, estimulando-a a adotar uma litigância estratégica e protagonista, ampliando ou alterando teses no âmbito dos tribunais que favoreçam o desempenho de suas relevantes funções. - Márcia Haydée Porto de Carvalho Doutora pela PUC/SP. Professora Associada III do Departamento de Direito da UFMA e Promotora de Justiça em São Luís.

Direito, Políticas Públicas e Controle Externo

"No início de 2017, recebi honroso convite do eminente Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho para atuar, sob sua orientação e supervisão, como coordenador do primeiro módulo do Curso de Especialização em Direito, Políticas Públicas e Controle Externo, a ser realizado pela Universidade Nove de Julho com a moderna tecnologia do Ensino à Distância. Poucos são os homens públicos deste país que reúnem as qualidades e a experiência multifacetada do Conselheiro Dimas Ramalho. Exímio jurista, que galgou todos os graus da carreira do Ministério Público, também exerceu mandatos populares nos parlamentos estadual e federal, além de relevantes funções no Poder Executivo, culminando com a alta investidura no Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no qual atualmente ocupa, pela segunda vez, a cadeira de Presidente, eleito por seus pares. Seu convite, portanto, era absolutamente irrecusável. Aceitei o desafio de organizar o primeiro módulo, em que as políticas públicas foram analisadas na perspectiva do Direito Constitucional. Outros dois módulos se seguiram, desta feita com a competente colaboração dos professores Almir Teubl Sances e Auro Augusto Caliman, em que a mesma temática foi analisada, respectivamente, sob o enfoque do Direito Administrativo e dos mecanismos de Controle Externo. Em todas as etapas do curso, também atuou como coordenador adjunto o professor Cassiano Mazon". Trecho do prefácio de Cesar Mecchi Morales

Defensoria Pública e políticas públicas

A Constituição Federal do Brasil de 1988 trouxe diversos avanços para a consolidação da democracia no país, dentre eles a criação das Defensorias Públicas e dos conselhos municipais de políticas públicas. É um direito constitucional a assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, disponibilizada pelas Defensorias Públicas. Já os conselhos municipais de políticas públicas são órgãos institucionalmente criados para permitir a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão dos governos, sobretudo acerca das políticas sociais. Este livro apresenta os resultados de pesquisa de Doutorado em Psicologia Social realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) sobre a atuação dos profissionais da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP) junto a conselhos municipais de políticas públicas, considerando-a como uma forma de participação política. Baseado no Modelo de Consciência Política de Salvador Sandoval,

o livro oferece uma análise das diversas dimensões da consciência que motivam ou desmotivam defensores públicos, psicólogos e assistentes sociais da Defensoria Pública ao trabalho junto a conselhos municipais de políticas públicas. Dessa forma, a obra contribui para o estudo da participação política em sociedades democráticas ao debruçar-se sobre a atuação de profissionais formais que ocupam cargos públicos não eletivos e que podem produzir efeitos políticos por sua ação.

Judicialização da Educação Infantil e Acesso à Justiça: Uma Análise Empírica

Antecipando um pouco da obra que se apresenta neste livro, Danieli dedica-se ao estudo da judicialização de políticas públicas de educação infantil a partir de uma metodologia empírica. Desenvolvendo um estudo de caso sobre a cidade na qual a FDRP/USP está localizada, os resultados da pesquisa, ao mesmo tempo que abrem relevantes reflexões sobre o fenômeno da judicialização de uma forma geral, também se mostram com alto potencial de aplicação em uma dimensão local, alinhando-se com o que considero um compromisso político fundamental da universidade pública de pensar e refletir criticamente sobre contextos da realidade que a circunda.

A Defensoria Pública e o cotidiano do Direito

presente obra resgata a memória de defensores públicos do Estado de Minas Gerais sobre os atendimentos realizados aos atingidos pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho e os processos de trabalho a eles relacionados. É a redução a escrito de uma performance dialógica, multivocal consubstanciada em entrevistas abertas com doze defensores que participaram das ações após o desastre. Trata-se de uma história oral dos atendimentos, remontada a partir dos olhares desses profissionais sobre suas próprias trajetórias. A indagação que norteia o texto se refere ao modo como se deu o trânsito entre as contingências desses atendimentos e a técnica jurídica, nos meses que se seguiram ao rompimento da barragem. Sob amparo do Direito do Cotidiano (Hespanha), objetivou-se compreender o que a memória dos defensores públicos que atuaram em Brumadinho pode dizer sobre as contingências do trabalho de tradução dos elementos percebidos nos atendimentos para o universo jurídico, a partir da análise de quatro indicadores de sua atividade técnica: o acolhimento, a formação da pretensão jurídica, a produção probatória e a escolha dos mecanismos de tutela dos interesses. Sob esse pano de fundo, o trabalho sugere que os recursos normativos do cotidiano compõem o próprio trabalho técnico do defensor, que é narrativamente fabricado sob o amparo de uma sabedoria prática, que emerge da experiência diária sobre os meandros da atividade de defender.

Sistema penitenciário e o papel da Defensoria Pública

A presente obra tem por escopo analisar criticamente o fenômeno do Estado de Coisas Inconstitucional relativo ao sistema carcerário brasileiro. Para tanto, abordamos a ilegitimidade do sistema penal, com a constatação de que o direito penal se presta, historicamente, à reprodução das desigualdades sociais e do racismo, e que a pena de prisão exerce papel central no controle social da pobreza. Também discorreremos sobre o fenômeno do encarceramento em massa e sua configuração no Brasil, para então demonstrar suas consequências práticas, por meio de dados e estatísticas, que dão conta das violações massivas e persistentes do estatuto jurídico dos presos. Nesse ponto, destacamos a importância da adoção, pela Defensoria Pública, de práticas redutoras de danos no âmbito da execução penal. No mais, dada a importância da utilização de núcleo especializado pelas defensorias públicas para ajudá-las a cumprir esse múnus ético, optamos por exemplificar a atuação judicial coletiva lato sensu do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, cuja atuação territorial se dá no estado da federação que encarcera cerca de um terço de toda a população carcerária nacional. Para tanto, a partir da análise de relatórios de atividades do órgão, veremos que a Defensoria Pública é um importante ator no processo de deslegitimação do poder punitivo, servindo de instrumento ao acesso à justiça da massa carcerária do sistema carcerário paulista.

Defensoria Pública

A Defensoria Pública constitui hoje ferramenta indispensável à democracia brasileira. No Estado de São Paulo, o órgão é marcado pela abertura ao diálogo com a sociedade e com as instituições com as quais se relaciona, em razão sobretudo de sua Lei Orgânica. Referida lei, aliás, se mostrou absolutamente relevante na conformação de todas as demais Defensorias brasileiras, figurando como uma das inspirações para o desenvolvimento do direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita. Este livro aborda os fundamentos, as ferramentas e os desafios do acesso à Justiça pela população paulista e grupos vulneráveis no Estado, partindo do exame da Lei Orgânica da Defensoria de São Paulo – tão relevante e paradigmática. Com foco no regime constitucional da instituição – analisando tanto as inovações normativas quanto a jurisprudência dos tribunais superiores sobre elas – esta obra pretende apresentar as mais importantes chaves para a compreensão integral dos princípios e atribuições da Defensoria Pública no país.

Os Impactos Decorrentes da Revolução 4.0 e o (des) acesso ao Poder Judiciário em virtude da Vulnerabilidade Digital

A obra se destina a apresentar uma opinião crítica sobre a dificuldade enfrentada por pessoas vulneráveis ao conhecimento tecnológico de acessar o Poder Judiciário, a fim de reivindicar seus direitos. A obra expõe as áreas brasileiras com maiores dificuldades de acesso à internet, em virtude da falta de políticas públicas, com o intuito de reduzir o abismo que divide as camadas da sociedade brasileira. As camadas da sociedade que possuem melhor condição socioeconômica-cultural, sem sombra de dúvida, têm fácil acesso ao mundo tecnológico, podendo se socorrer ao Poder Judiciário de modo mais prático ante aqueles que sequer recebem uma educação básica de ensino. Diante disso, a autora apresenta algumas soluções práticas de políticas públicas com o objetivo de melhorar e aumentar o acesso à tecnologia por pessoas vulneráveis, seja de conhecimento tecnológico ou de analfabetismo digital, que significa: a falta de acesso à educação de qualidade, a pobreza, as desigualdades sociais, as barreiras culturais e linguísticas. Uma das alternativas é o fornecimento de computadores e a pacotes de dados de internet em escolas públicas, inserindo aulas de informática desde o ensino infantil e fundamental, custeado não apenas pelo Governo, mas pela união de forças de entidades públicas e privadas, com o único propósito de levar o conhecimento à população mais pobre, garantindo a ela a possibilidade de buscar seus direitos no Poder Judiciário sem maiores obstáculos.

Curso de Direito da Criança e do Adolescente - 3a Edição

Esta obra tem abordagem doutrinária e jurisprudencial, com destaque de aspectos controvertidos, análise de julgados e de alterações legislativas. Destina-se não somente aos cursos de graduação e pós graduação em Direito, mas também aqueles que militam na área e os que se preparam para concursos públicos, eis que é realizada análise de julgados, com posicionamentos dos Tribunais superiores, assim como são enfrentadas algumas questões de concursos públicos. O livro aborda todos os aspectos fundamentais do Direito da Criança e do Adolescente, se debruçando principalmente, mas não somente, no Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações legislativas. É abordada a parte cível, com análise de aspectos atinentes ao direito de família e também dos aspectos penais, com análise dos crimes previstos no ECA. Alguns pontos abordados ao longo da obra são constantes de outros diplomas legislativos, como a CLT e a normativa trabalhista no que tange ao direito à profissionalização e proteção ao trabalho, o que faz com que a obra também possa ser utilizada como base para o estudo direcionado aos concursos trabalhistas. A obra encontra-se atualizada por todas as leis que incidiram sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, tais como a lei 12696/12, 12955, 12962 e 13010/14.

Direitos humanos em evidência

A publicação do segundo volume "Direitos humanos em evidência" reafirma o compromisso do Mattos Filho com a defesa dos direitos humanos e a ampliação ao acesso à Justiça. Por acreditar que a difusão do conhecimento jurídico representa uma importante contribuição a organizações da sociedade civil e defensores

de direitos humanos, são apresentadas análises e pesquisas que tratam de temas como enfrentamento à violência de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, direito à segurança pública, ao trabalho digno, direito antidiscriminatório, direitos da população LGBTQIAP+, prerrogativas para o exercício da advocacia e direitos de refugiados e imigrantes. Elaborados entre 2019 e 2021, sob a coordenação da prática Mattos Filho 100% Pro Bono, os estudos e as pesquisas são o resultado de um trabalho colaborativo, realizado por equipes de diversas áreas jurídicas que, sob perspectiva crítica e multidisciplinar, atuaram em parceria com entidades nacionais e internacionais de referência, para fazer avançar a garantia de direitos humanos no Brasil.

A escuta das crianças em juízo

A participação da criança brasileira no processo judicial que a envolve e que discute aspectos tão importantes e cruciais de suas vidas é assunto dos mais importantes e ainda pouco discutido no país. Após três décadas de legislações que preconizam os princípios da proteção integral e do melhor interesse da criança como basilares deste microsistema de direitos, urge refletir sobre a posição das crianças enquanto sujeito de direitos dos processos que as discutem. Esta obra é direcionada aos profissionais do Direito, mas também aos profissionais e estudantes da Psicologia, do Serviço Social e da Pedagogia que se dedicam ao estudo do tema.

Discurso de Ódio

A liberdade de expressão é frequentemente considerada um dos pilares da democracia e, por consequência, merecedora de proteção especial pelo sistema jurídico. No Brasil, ela recebe o status prestigioso de direito constitucional fundamental. De outro lado, geralmente se aceita que direitos fundamentais não são absolutos, podendo ser limitados, quando conflitam com outros direitos. Assim, a liberdade de expressão encontra limites. (...) Nesse cenário de limitações, um conceito de contornos imprecisos tem paulatinamente ganhado destaque: discurso de ódio. (...) Neste livro, interessa-nos discutir como o termo vem sendo usado e como deveria ser usado por um subconjunto particular de cidadãos, os juristas.

Determinantes de homicídios em uma área integrada de segurança pública

Este livro retrata dissertação de mestrado que teve como objetivo geral a análise dos determinantes dos homicídios dolosos consumados na cidade de Belo Horizonte, entre os anos de 2014 e 2017, compreendendo os fatos ocorridos especificamente em uma área da cidade, denominada por política pública como área integrada de segurança pública 16 (AISP 16). O interesse de conhecer a realidade dessa AISP se assentou na criação, no apontamento de ações e na interpretação da investigação levada a efeito na Divisão de Investigação de Crimes Contra a Vida da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Há nesta pesquisa análise de dados de boletins de ocorrência e de outras fontes, revelando um mosaico multifatorial das causas dos homicídios e sendo propostos meios básicos para identificação de autoria desses crimes.

Judicialização de Políticas Públicas no Brasil

Livro de fundamental importância em meio aos debates mais atuais do cenário sociopolítico nacional, Judicialização de Políticas Públicas no Brasil levanta debates e contribuições para “a compreensão dos processos pelos quais nosso sistema de justiça tornou-se um protagonista da política e das políticas, bem como de seus impactos sobre uma gama variada de direitos individuais e coletivos”, afirma a professora titular de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), Marta Arretche. A obra reúne 12 artigos de juristas e especialistas nos campos das ciências sociais e política e do direito, dialogando sobre temas como as bases institucionais dos processos de judicialização das políticas públicas no país, além de casos e desafios ligados à judicialização, englobando o direito à saúde e à moradia, questões de política habitacional e preservação ambiental, renda, assistência social, aborto, educação, igualdade de gênero e união homoafetiva. No time de renomados pesquisadores que compõem os estudos apresentados no livro estão Conrado Hübner Mendes, Fabiana Luci de Oliveira, Rogério Arantes, Luciana Gross Cunha e a organizadora, Vanessa Elias de Oliveira, doutora em Ciência Política pela USP e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas

Públicas da Universidade Federal do ABC (PGPP/UFABC). Para o professor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Oscar Vilhena Vieira, a coletânea “apresenta uma contribuição fundamental para melhor compreender o papel das agências de aplicação, impulsionadas por uma constituição de natureza transformadora, na determinação das políticas públicas no campo social”.

#Meu amigo secreto

#MeuAmigoSecreto: feminismo além das redes dá continuidade aos debates do mundo virtual e reúne artigos inéditos das cinco integrantes do coletivo Não Me Kahlo, todas ligadas por um objetivo em comum: a desconstrução do machismo. O livro apresenta um material consistente de pesquisas que servem de apoio aos que se interessam em compreender melhor as raízes do machismo e quais são as pautas feministas: padrão de beleza, violência contra a mulher, aborto, o desafio de ser mãe, machismo no mundo geek, feminismo negro e o porquê do ódio ao feminismo são alguns dos temas abordados. Prefácio da filósofa Djamila Ribeiro.

Studies in Greek Genealogy

Este livro traz uma análise inovadora sobre a teoria dos processos estruturais e sua aplicação aos litígios que desafiam o sistema carcerário brasileiro. Partindo das raízes das “structural injunctions” no direito americano, o autor explora o desenvolvimento e a adaptação dessa teoria na América Latina, com foco especial nas experiências da Argentina e Colômbia, culminando na teoria do Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) no Brasil. O texto apresenta uma visão clara do que constitui um litígio estrutural e discute o conceito de processo estrutural, defendendo o impacto direto e simbólico das decisões estruturais e explorando as várias formas de intervenção judicial. Com um olhar crítico sobre as controvérsias que cercam a intervenção do Judiciário em políticas públicas, a obra defende um modelo dialógico e experimentalista, destacando a compatibilidade das normas processuais vigentes com as necessidades desses processos, sem desconsiderar a importância de legislações específicas. Através de uma análise detalhada da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, o livro expõe os desafios e as oportunidades da utilização do processo estrutural para reformas significativas no sistema carcerário brasileiro, ilustrando com o estudo detalhado de casos concretos que estão em andamento em outros países, como Plata v. Brown nos Estados Unidos; Verbtsky na Argentina, Torreggiani na Itália e o ECI do sistema carcerário colombiano. Faz-se sugestões práticas para otimizar os resultados dessas intervenções judiciais. Um estudo essencial para profissionais do direito, acadêmicos e qualquer pessoa interessada na intersecção entre processos estruturais e o sistema carcerário.

A Crise No Sistema Carcerário Brasileiro

O Livro Direito Administrativo Simplificado para Concursos foi escrito com base em aproximadamente 100 horas de aula e quatro diferentes professores, para que não houvesse a mínima perda de posicionamentos. Produzido ainda com auxílio da resolução de mais de 500 questões de concursos sobre Direito Administrativo e da leitura da própria lei. A intenção deste é facilitar o estudo de todos, principalmente daqueles que não desistem dos estudos e batalham diariamente por uma vaga na Administração Pública Brasileira. Este livro é um conteúdo adicional aos estudos de Direito Administrativo, sendo assim é indispensável a leitura da lei seca (quando houver) e a resolução do máximo de exercícios possível. Desejo a todos bons estudos!

Perspectivas : revista de ciencias sociais

No contexto em que sentimentos de angústia, impotência e lamento invadem milhares de corações humanos, eminentes juristas e pesquisadores se uniram para a construção da presente obra coletiva intitulada “Coronavírus: direitos dos cidadãos e acesso à justiça”

Direito Administrativo

O livro Fundamentos e realidade da Defensoria Pública em Goiás aborda a importância dessa instituição dentro do Estado Democrático de Direito a partir de um olhar atento sobre o aspecto social e as necessidades sociais de um país continental. A autora inicia o debate a partir da natureza jurídica definida pelo artigo 134 da Constituição Federal para discutir sobre a atuação da Defensoria Pública em áreas tão necessárias e presentes no nosso cotidiano, como a defesa do regime democrático, a promoção dos Direitos Humanos e a orientação jurídica aos necessitados.

Coronavírus

O estudo analisa o mais recente tratado do sistema interamericano de direitos humanos, a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas, e alguns dos seus possíveis impactos na normativa vigente no Brasil. Através de uma retrospectiva das regras internacionais responsáveis pela consolidação do reconhecimento da pessoa idosa como sujeito de direitos, foram apresentados os principais avanços trazidos pela Convenção, com destaque para a participação do Brasil durante o procedimento de elaboração e aprovação do texto final na Organização dos Estados Americanos. Diante de um cenário de envelhecimento acelerado e das inúmeras velhices particularizadas pelas diversas realidades sociais, econômicas e culturais da região, o tratado tem o mérito de jogar luz, através das lentes principiológicas dos direitos humanos, no fato de que ações de promoção da igualdade e enfrentamento da discriminação em razão da idade não podem ser feitas sem considerar as tantas situações de vulnerabilidade a que estão sujeitas as pessoas idosas. Enquanto aguarda-se a finalização do processo de ratificação da Convenção no Brasil, foram discutidas, neste trabalho, situações que poderão conduzir a uma ampliação dos direitos deste grupo populacional no país, tendo como referência as diretrizes e objetivos propostos pelo instrumento interamericano, já em vigor na região desde janeiro de 2017.

Fundamentos e Realidade da Defensoria Pública em Goiás

Código de Defesa do Consumidor e Legislação Complementar. Formatação especial para facilitar a leitura em dispositivos móveis. Destaques: - Sumário navegável e leis e capítulos; - Sumário de Artigos com links diretos para cada artigo do CDC; - 300 questões das principais bancas examinadoras sobre o tema, com gabarito. Legislação complementar: DECRETO Nº 2.181/1997 - Sistema Nacional de Defesa do Consumidor DECRETO Nº 6.523/2008 - Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) DECRETO Nº 7.962/2013 - Contratos de Comércio Eletrônico LEI Nº 7.357/1985 - Lei do Cheque LEI Nº 12.414/2011 - Cadastro Positivo

Direitos Humanos da Pessoa Idosa

Quais situações marcaram sua gestação e seu parto e você gostaria de compartilhar comigo? É esta questão que abre o diálogo da autora com mulheres nordestinas que gestaram, pariram e puerperaram durante a pandemia da Covid-19, cujas narrativas são um ponto de partida e encontro para refletirmos sobre violência obstétrica, sobre silêncios, corpo, solidão, sobre humanização e escuta. Tecendo um diálogo com as narrativas de parto de mulheres que vieram antes, com a sua história e com as que encontrou depois, a autora também nos convida a refletir, com curiosidade, sobre nossas histórias – e, sobretudo, sobre como nos posicionamos nos espaços que ocupamos enquanto profissionais da saúde envolvidas no cuidado com pessoas no ciclo gravídico-puerperal. É uma leitura que provoca e propõe nos inquietarmos juntas, não nos conformarmos com respostas simples diante de questões tão complexas e caras e exercitarmos uma escuta ética, feminista, implicada. Com o registro de narrativas impactantes e sensíveis, que nos dizem muito de um nós, esta obra configura-se como uma leitura imprescindível a todas e todos que se interessam e/ou atuam no campo da perinatalidade.

Código de Defesa do Consumidor e Legislação Complementar (Inclui Mais de 300 Questões de Concurso com Gabarito)

This book examines the potential of litigation as a strategy to advance the right to health by holding governments accountable for these obligations. It asks who benefits both directly and indirectly—and what the overall impacts on health equity are. Included are case studies from Costa Rica, South Africa, India, Brazil, Argentina and Colombia.

Gestar, Parir e Puerperar: Narrativas e Questões para a Psicologia Perinatal

This book is an important introductory textbook on sexual politics and an original contribution to the reformulation of social and political theory. In a discussion of, among other issues, psychoanalysis, Marxism and feminist theories, the structure of gender relations, and working class feminism, Connell has produced a major work of synthesis and scholarship which will be of unique value to students and professionals in sociology, politics, women's studies and to anyone interested in the field of sexual politics. Visit www.raewynconnell.net

La Societe Punitive

In this title, the author examines how penal policies emanating from the United States have spread throughout the world. The author argues that the policies have their roots in a network of Reagan-era conservative think tanks, which used them as weapons in their crusade to dismantle the welfare state and, in effect, criminalise poverty.

Litigating Health Rights

Collection of author's essays previously published individually

Gender and Power

This book offers tested guidelines for designing a dispute resolution system that will help handle conflicts effectively on an ongoing basis - and avoid the damaging costs of attorneys fees, lost production, and emotional injury.

Prisons of Poverty

Independent of criminal or contract law, Tort law provides individuals and groups with redress for injury to every dimension of life from physical injury, to property damage, to personal insult. Over past decades no body of law within the civil justice system has experienced greater ferment than the law of Torts. In the US, state courts, federal courts, and the Supreme Court have all been active in the development of Tort policy. This edited collection comprises scholarship from many of today's most influential contributors regarding Torts and Compensation Systems scholarship. Topics include an investigation of the original stimuli for tort-type norms from ancient times onwards, a provocative analysis of five tort landmarks from *MacPherson v. Buick Motor Co.* to *United States v. Carroll Towing Co.*, and a frank assessment of the limitations of torts within broader compensation systems goals.

Report on Allegations of Torture in Brazil

This riveting book takes the reader around the globe and through the centuries to discover how different cultures have sought to combat and treat physical pain. With colorful stories and sometimes frightening anecdotes, Dr. Thomas Dormandy describes a checkered progression of breakthroughs, haphazard experiments, ignorant attitudes, and surprising developments in human efforts to control pain. Attitudes

toward pain and its perception have changed, as have the means of pain relief and scientific understanding. Dr. Dormandy offers a thoroughly fascinating, multi-cultural history that culminates with a discussion of today's successes--and failures--in the struggle against pain. The book's exploration is fused with accounts of the development of specific methods of pain relief, including the use of alcohol, plants, hypnosis, religious faith, stoic attitudes, local anesthesia, general anesthesia, and modern analgesics. Dr. Dormandy also looks at the most recent advances in pain clinics and palliative care for patients with terminal disease as well as the prospects for loosening pain's grip in the future.

Explaining Epidemics

This research on the uses of mass media across diverse Christian traditions is both original and provocative. By focusing on what audiences perceive and how they respond, *Religion and Mass Media* is able to illuminate the experience of faith at a time when devotion is seen as a dimension of individuality best suited to the privacy of one's home. Professors Daniel A. Stout and Judith M. Buddenbaum should be commended for helping advance the study of religion and mass communication in the United States. --John P. Ferrè, Associate Professor of Communication, University of Louisville

How do religious audiences react to and use the mass media? *Religion and Mass Media* is an audience-centered examination that reveals how a variety of Christian traditions experience media news and entertainment--in the context of institutional religious influences and expectations. Drawing on social science theories and empirical research methodologies, the contributors explore responses from Roman Catholics, Fundamentalists, Evangelicals, mainline Protestants, and Mormons and a variety of other traditions. In the first section, contributors set the framework by describing recent theoretical developments in the sociology of religion and communication theory. Section two provides an overview of the particulars of certain religious beliefs, section three looks at audience behavior, section four describes specific case studies (including one on rap music), and section five looks at the changing information environment and the future. Students and professionals in communication, sociology, sociology of religion, and anthropology will find this volume to be both informative and insightful--an excellent supplement.

Getting Disputes Resolved

Winner of the George R. Terry Book Award from Academy of Management and the Outstanding Academic Title Award from CHOICE Magazine

Successful management of our increasingly diverse workforce is one of the most important challenges facing organizations today. In the Fourth Edition of her award-winning text, *Managing Diversity*, author Michàlle E. Mor Barak argues that inclusion is the key to unleashing the potential embedded in a multicultural workforce. This thoroughly updated new edition includes the latest research, statistics, policy, and case examples. A new chapter on inclusive leadership explores the diversity paradox and unpacks how leaders can leverage diversity to increase innovation and creativity for competitive advantage. A new chapter devoted to "Practical Steps for Creating an Inclusive Workplace" presents a four-stage intervention and implementation model with accompanying scales that can be used to assess inclusion in the workplace, making this the most practical edition ever.

Exploring Tort Law

This text focuses on research methodology and approaches in the complex and sensitive area of violence against women, and provides important insights into, and critical approaches to, the evidence base for policy and practice.

The Worst of Evils

The 1970s were tumultuous years in American prisons, beginning with the bloody uprising at Attica and ending with the even bloodier one at New Mexico State. The Massachusetts prison system was one of the most seriously afflicted. Murders, suicides, riots, strikes, and mass escapes were only the most obvious

manifestations of a system in turmoil.

Religion and Mass Media

This book provides a much-needed sociological account of the social world of the English prison officer, making an original contribution to our understanding of the inner life of prisons in general and the working lives of prison officers in particular. As well as revealing how the job of the prison officer - and of the prison itself - is accomplished on a day-to-day basis, the book explores not only what prison officers do but also how they feel about their work. In focusing on how prison officers feel about their work this book makes a number of interesting revelations - about the essentially domestic nature of much of the work they do, about the degree of emotional labour invested in it and about the performance nature of many of the day-to-day interactions between officers and prisoners. Finally, the book follows the prison officer home after work, showing how the prison can spill over into their home lives and family relationships. Based on extensive ethnographic fieldwork in different types of prisons (including interviews with prison officers' wives and children as well as prison officers themselves), this book will be essential reading for all those with an interest in how prisons and organisations more generally operate in practice.

Managing Diversity

The success of Problem Based Learning and Project Organised learning (PBL) as an educational method in the field of Higher Engineering Education is clear and beyond any doubt. An increasing number of Universities of Technology all over the world applies PBL in their curriculum. There are many sound arguments for changing to PBL, such as enhancing students' motivation, integration of practice oriented competences, improved retention of students, augmenting the quality of education, collaboration with industry. More and more educational research is supplying evidence to sustain these arguments. Engineers create innovations to improve the quality of our life. It just makes sense that the institutes of Higher Engineering Education want to know what educational innovations contribute to the quality of engineering education. To promote research on PBL the UNESCO chair in Problem Based Learning in Engineering Education (UCPBL) organised the first Research Symposium on Problem Based Learning in Engineering and Science Education, June 30th-July 1st, 2008 at Aalborg University. This book contains a selection of papers from this research symposium, which have been reviewed and further developed.

Researching Gender Violence

The Architect traces the role of the profession across the centuries and in different cultures, showing the architect both as designer and as mediator between the client and the builder.

Prison Officers and Their World

Doing Prison Work

<https://johnsonba.cs.grinnell.edu/~82818107/wcavnsistj/zroturnk/aborratwg/martha+stewarts+homekeeping+handbook.pdf>
<https://johnsonba.cs.grinnell.edu/+25032452/jgratuhgy/xroturnh/gparlishl/economics+samuelson+19th+edition.pdf>
https://johnsonba.cs.grinnell.edu/_21044259/elerckz/qroturng/tspetrip/how+to+fuck+up.pdf
<https://johnsonba.cs.grinnell.edu/@40288824/xlerckq/hroturnw/rspetrib/a+history+of+the+asians+in+east+africa+and+the+middle+east.pdf>
<https://johnsonba.cs.grinnell.edu/@26857953/hherndluw/jovorfloww/dtrernsportp/1989+ford+3910+manual.pdf>
<https://johnsonba.cs.grinnell.edu/~25667201/xmatugs/qovorflowz/wcompltir/welding+handbook+9th+edition.pdf>
[https://johnsonba.cs.grinnell.edu/\\$14808011/rgratuhgp/hrojoicoj/mparlishd/laboratory+manual+ta+holes+human+anatomy+and+physiology.pdf](https://johnsonba.cs.grinnell.edu/$14808011/rgratuhgp/hrojoicoj/mparlishd/laboratory+manual+ta+holes+human+anatomy+and+physiology.pdf)
<https://johnsonba.cs.grinnell.edu/+90360022/zrushto/hcorroctm/gquistionj/sad+isnt+bad+a+good+grief+guidebook+and+the+art+of+the+good+grief.pdf>
<https://johnsonba.cs.grinnell.edu/!50800217/xcavnsistk/pcorrocti/fspetrit/the+witch+of+portobello+by+paulo+coelho.pdf>
<https://johnsonba.cs.grinnell.edu/+52009177/bherndluw/rlyukof/pinfluinciu/law+in+culture+and+society.pdf>